



Análise do discurso sobre educação profissional tecnológica no Brasil: crítica das políticas e seus desafios

William Júnio do Carmo

Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Campus Paracatu – IFTM, Brasil

Geraldo Gonçalves de Lima

Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Campus Uberaba – IFTM, Brasil

RESUMO

A educação profissional e tecnológica no Brasil considera fatores históricos, culturais e socioeconômicos dessa modalidade educacional, se articulando com demandas do mercado e com ideologias políticas e sociais que emergiram ao longo do século XX e XXI. O objetivo desse estudo foi de explorar a relação entre formação profissional e empregabilidade em uma economia globalizada marcada por desigualdades sociais. Os resultados indicaram que, apesar dos avanços significativos nas políticas educacionais, como o aumento de vagas e a inclusão de jovens e adultos, persistem desafios estruturais que dificultam a integração entre educação e mercado de trabalho. A influência de uma visão neoliberal reforça a dualidade entre ensino técnico e acadêmico nas competências mais amplas para uma formação cidadã e crítica. Para consolidar a educação profissional e tecnológica inclusiva e transformadora, é necessário superar desigualdades, fortalecendo políticas que valorizem uma formação integral e promovam o equilíbrio entre as demandas do mercado e o desenvolvimento social.

Palavras-chave: educação profissional e tecnológica; políticas públicas; mercado de trabalho; desigualdade educacional; formação técnica.

ANALYSIS OF THE DISCOURSE ON TECHNOLOGICAL PROFESSIONAL EDUCATION IN BRAZIL: CRITICISM OF POLICIES AND THEIR CHALLENGES

ABSTRACT

Professional and technological education in Brazil considers historical, cultural and socioeconomic factors of this educational modality, articulating with market demands and political and social ideologies that emerged throughout the 20th and 21st centuries. The objective of this study was to explore the relationship between professional training and employability in a globalized economy marked by social inequalities. The results indicated that, despite significant advances in educational policies, such as the increase in vacancies and the inclusion of young people and adults, structural challenges persist that hinder the integration between education and the job market. The influence of a neoliberal vision reinforces the duality between technical and academic education in broader competencies for civic and critical training. To consolidate inclusive and transformative professional and technological education,

it is necessary to overcome inequalities, strengthening policies that value comprehensive training and promote a balance between market demands and social development.

Keywords: professional and technological education; public policies; job market; educational inequality; technical training.

ANÁLISIS DEL DISCURSO SOBRE LA EDUCACIÓN PROFESIONAL TECNOLÓGICA EN BRASIL: CRÍTICA A LAS POLÍTICAS Y SUS DESAFÍOS

RESUMEN

La educación profesional y tecnológica en Brasil considera factores históricos, culturales y socioeconómicos de esta modalidad educativa, articulando con las demandas del mercado y las ideologías políticas y sociales que surgieron a lo largo de los siglos XX y XXI. El objetivo de este estudio fue explorar la relación entre formación profesional y empleabilidad en una economía globalizada marcada por desigualdades sociales. Los resultados indicaron que, a pesar de avances significativos en las políticas educativas, como el aumento de las vacantes y la inclusión de jóvenes y adultos, persisten desafíos estructurales que dificultan la integración entre la educación y el mercado laboral. La influencia de una visión neoliberal refuerza la dualidad entre educación técnica y académica en competencias más amplias para la formación cívica y crítica. Para consolidar una educación profesional y tecnológica inclusiva y transformadora es necesario superar las desigualdades, fortaleciendo políticas que valoren la formación integral y promuevan el equilibrio entre las demandas del mercado y el desarrollo social.

Palabras clave: educación profesional y tecnológica; políticas públicas; mercado laboral; desigualdad educativa; formación técnica.

1 INTRODUÇÃO

A educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil é um tema que suscita um debate multifacetado, envolvendo diversos aspectos históricos, legais e sociais. A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), a LDB nº 9.394/1996 (Brasil, 1996) e a Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008a) reconhecem a importância dessa modalidade educacional para o desenvolvimento do país, sublinhando que a formação profissional é essencial para atender às exigências do mercado de trabalho, garantindo um desempenho de qualidade e, ao mesmo tempo, contribuir para o progresso social.

Essa perspectiva é corroborada por Costa e Coutinho (2018a), que ressaltam que a legislação educacional tem buscado criar um ambiente favorável para a educação técnica, embora a implementação dessas políticas ainda enfrente barreiras significativas.

Desde a criação das primeiras instituições voltadas para a formação técnica, nas primeiras décadas do século XX, até os dias atuais, a educação profissional e tecnológica tem sido moldada por diversas correntes ideológicas e políticas que refletem as necessidades e os desafios do momento. Conforme Lima (2015), a educação profissional e tecnológica emerge

como um instrumento estratégico para a inclusão social e a qualificação da força de trabalho, essencial para atender às demandas de um mercado em constante transformação.

A obra de Pacheco (2010), “Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica”, destaca a importância dos Institutos Federais como uma resposta inovadora às demandas contemporâneas por uma formação profissional qualificada e integrada à educação básica no Brasil. O autor argumenta que esses institutos representam uma mudança paradigmática no cenário educacional, promovendo não apenas a inclusão social, mas também a democratização do acesso ao conhecimento técnico e científico.

Esta relação é explorada de maneira abrangente nos capítulos que compõem a obra organizada por Jaqueline Moll (2010b). Moll (2010b), reconhecida por sua contribuição acadêmica e prática na área da educação, traz à tona a complexidade e os desafios que permeiam a EPT, evidenciando como a universalização da educação básica influencia e se integra à formação técnica e profissional.

No primeiro bloco, são abordados os aspectos históricos e contemporâneos que delineiam a trajetória da EPT, destacando a necessidade de um ensino médio integrado que articule ciência, trabalho e cultura, promovendo uma formação mais holística e contextualizada para os jovens. A dualidade histórica entre o ensino médio e a educação profissional e tecnológica é um tema recorrente, em que se discutem as possibilidades de integração que possam efetivamente beneficiar os estudantes.

As propostas de ação didática apresentadas sugerem currículos que não apenas se entrelaçam, mas que também valorizam as experiências e conhecimentos prévios dos alunos, permitindo uma relação mais realista e efetiva entre teoria e prática. Em um cenário em que a escolarização de jovens trabalhadores é uma urgência social, a discussão sobre o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica – Proeja (Brasil, 2007) se torna central, evidenciando sua importância na democratização do acesso à educação.

Nos capítulos seguintes, a obra se debruça sobre novas institucionalidades e perfis de formação, examinando a relevância das universidades tecnológicas e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) na redefinição do cenário educacional brasileiro. A análise das motivações que levam os estudantes a escolher cursos superiores de tecnologia também é um aspecto crítico, revelando as expectativas e aspirações que permeiam esse processo educativo.

Por fim, a discussão abrange os atores sociais que compõem o campo da EPT contemporânea, analisando como as redes estaduais de ensino e as políticas nacionais são fundamentais para a construção de uma educação profissional e tecnológica coesa e articulada.

As reflexões sobre financiamento, técnica e tecnologia, bem como as considerações sobre as políticas educacionais para o século XXI, ressaltam a complexidade e os desafios que permeiam a EPT no Brasil.

Em suma, a obra de Jaqueline Moll (2010a) proporciona uma análise crítica e abrangente da educação profissional e tecnológica, abordando suas dimensões históricas, sociais e políticas, e destacando a necessidade de um diálogo contínuo entre os diversos atores envolvidos na formação de cidadãos aptos a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Nesse contexto, a educação profissional e tecnológica no Brasil tem passado por profundas transformações ao longo das últimas décadas, refletindo as mudanças nas demandas sociais e no mercado de trabalho. Desde a promulgação da Constituição de 1988, que estabeleceu a educação como um direito de todos, diversas políticas públicas têm sido implementadas com o objetivo de democratizar o acesso à formação técnica e profissional.

Dessa forma, o objetivo desse estudo é examinar o impacto dessas políticas na ampliação do acesso e na qualidade do ensino técnico, além de explorar a relação entre formação profissional e empregabilidade em uma economia globalizada marcada por desigualdades sociais. Em última instância, a pesquisa visa evidenciar como uma educação técnica de qualidade, fundamentada em princípios de inclusão e equidade, pode transformar a vida dos jovens e adultos brasileiros, proporcionando-lhes oportunidades reais de inserção e mobilidade no mercado de trabalho.

2 METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, foi adotada uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e análise documental.

A análise documental foi uma metodologia essencial para examinar legislações, diretrizes e documentos oficiais que fundamentaram as políticas públicas de educação profissional e tecnológica, que se caracteriza-se por sua diversidade de modalidades e formas de oferta, estruturadas pela LDB (Lei nº 9.394/1996) e pelo Decreto nº 5.154/2004, que ampliam a concepção de formação ao articular trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

Além do PROEJA e do programa Brasil Profissionalizado, a EPT abrange cursos técnicos de nível médio — nas formas integrado, concomitante e subsequente —, cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), itinerários formativos da Formação Técnica e Profissional no Ensino Médio, cursos superiores tecnológicos e pós-graduação profissional, todos voltados à qualificação e ao desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho (MEC, 2012; Moura, 2010).

Também se destacam modalidades voltadas para populações específicas, como a Educação Profissional articulada à Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Quilombola, que procuram garantir o direito à formação em consonância com as especificidades socioculturais dos sujeitos (Arroyo, 2013; Molina, 2017). A oferta de EPT na modalidade a distância, fortalecida por políticas como a Rede e-Tec, amplia o acesso por meio da mediação tecnológica (Belloni, 2015). Todas essas modalidades evidenciam, como afirmam Ciavatta e Ramos (2012), que a EPT não se restringe à formação técnica, mas constitui um projeto educativo amplo, comprometido com a formação integral, a equidade e a transformação social.

Com essa análise documental, permitiu-se interpretar o contexto das políticas, suas diretrizes e como foram implementadas e oferece uma maneira sistemática de compreender documentos oficiais, permitindo que pesquisadores extraíam significados profundos a partir dos textos e sua relação com o contexto social e histórico em que foram elaborados (Cellard, 2008).

Já a pesquisa bibliográfica, consistiu em uma revisão de literatura sobre educação profissional e tecnológica e políticas públicas é fundamental para contextualizar e fundamentar teoricamente o estudo. Com essa pesquisa, foi abrangido a análise de artigos, livros e estudos anteriores sobre o tema, permitindo um entendimento aprofundado e comparativo dos conceitos e das abordagens discutidas por outros autores (Lakatos, & Marconi, 2003). Marconi e Lakatos (2003) destacam que a pesquisa bibliográfica é essencial para sustentar a análise, pois permite integrar contribuições de diversos autores e ampliar a visão crítica sobre o tema.

Foram analisados documentos legais, como a Constituição de 1988 (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e legislações mais recentes que impactam a educação profissional e tecnológica, como a Lei n.º 11.892 (Brasil, 2008a) e a BNCC (Brasil, 2018).

A revisão da literatura incluiu obras de autores que discutem a educação profissional e tecnológica, permitindo identificar as principais transformações ao longo do tempo, bem como os desafios que ainda precisam ser enfrentados para que essa modalidade de ensino possa cumprir seu papel social e econômico.

3 RESULTADOS

3.1 Investigação da Legislação

Essa análise documental foi realizada a partir de legislações e documentos oficiais que orientam a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. A utilização dessas fontes se

justifica por serem normativas, de caráter obrigatório e por evidenciarem os marcos legais que estruturam a política pública educacional. Os documentos foram obtidos diretamente de fontes oficiais, como o Portal do MEC, Senado Federal e Tribunal de Contas da União.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) estabelece que a EPT deve articular-se ao mundo do trabalho, constituindo um elemento central na formação do estudante. A Lei n.º 11.741/2008 reforça essa integração, ao adequar a EPT às necessidades da Educação de Jovens e Adultos. Já a Lei n.º 11.892/2008 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ampliando o acesso a cursos técnicos e superiores de tecnologia.

A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) prevê competências essenciais para o século XXI, mas sua ênfase excessiva em competências técnicas, como aponta Silva (2018), pode restringir a formação integral.

A auditoria do Tribunal de Contas da União (Brasil, 2012) também foi analisada como fonte documental por apresentar dados objetivos de gestão, eficiência e eficácia dos Institutos Federais. Tais relatórios são fundamentais porque evidenciam os desafios estruturais e de governança enfrentados pela Rede Federal.

Mendes (2011) ressalta que a auditoria do TCU é uma ferramenta vital para monitorar e avaliar a gestão pública, permitindo identificar áreas de melhoria e recomendar ações corretivas.

Assim, o conjunto documental demonstra que, embora exista esforço normativo para integrar trabalho, ciência, cultura e tecnologia, ainda persistem limites na implementação da formação integrada prevista na legislação (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

3.2 Importância e Potencialidades da Educação Profissional

A análise bibliográfica foi construída a partir de autores consagrados no campo da EPT. As obras foram selecionadas por sua relevância teórica, ampla utilização em pesquisas da área e por fornecerem fundamentos sobre trabalho, educação e sociedade. Os textos analisados foram publicados principalmente em periódicos Qualis, livros acadêmicos e coletâneas voltadas à formação profissional.

A EPT é essencial em um contexto de globalização, transformações produtivas e mudanças nas dinâmicas de trabalho. Lima (2015) ressalta que a EPT contribui para o desenvolvimento econômico e para a inserção qualificada de jovens no mundo do trabalho. Gatti (2016) reforça a importância do alinhamento da formação profissional às especificidades regionais, promovendo o desenvolvimento local.

Moura (2013) e Moura *et al.* (2015) defendem a EPT como espaço de construção de identidade e cidadania, indo além de sua função técnica. Essa concepção está alinhada ao princípio da Formação Humana Integral defendido por autores como Pacheco (2015), que compreende a EPT a partir dos eixos trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

Santos (2019) destaca o papel das parcerias entre instituições educacionais e setor produtivo como estratégia para aproximar teoria e prática. Da mesma forma, Costa e Coutinho (2018b) afirmam que as tecnologias digitais devem ser incorporadas ao currículo técnico, pois configuram novas exigências do mundo do trabalho contemporâneo.

Nesse conjunto analítico, as potencialidades da EPT incluíram o favorecimento da inserção profissional; o desenvolvimento de competências cognitivas e tecnológicas; a promoção da equidade social (Almeida, 2022) e o fortalecimento da formação integral (Silva, 2018; Pacheco, 2015), sendo que há uma convergência ao afirmar que a EPT deve superar a lógica tecnicista e se constituir como espaço de formação crítica e emancipatória.

3.3 Desafios Estruturais e Pedagógicos da Educação Profissional

As obras selecionadas nesta seção analisam desafios históricos e contemporâneos da EPT. Os textos foram utilizados por apresentarem análises críticas fundamentadas, debatidas nos principais eventos e periódicos da área.

A EPT tem sido tensionada pela lógica neoliberal, que orienta reformas educacionais voltadas à eficiência e produtividade. Moura (2013) e Bonamino (1999) alertam que tais políticas reforçam a dualidade educacional e reduzem a formação técnica a mera preparação para o emprego. Gentili (1995) e Carnoy (1990) também denunciam que reformas alinhadas ao mercado tendem a reproduzir desigualdades educacionais.

Nesse contexto, os desafios identificados foram as fragmentações das políticas públicas (Vieira & Souza Junior, 2016); a falta de infraestrutura e recursos humanos (Santos, 2019); a resistência cultural ao ensino técnico, muitas vezes associado a formações de menor prestígio social; a falta de formação continuada para docentes, essencial para atualização pedagógica (Ribeiro, 2017); o distanciamento entre escola e setor produtivo, dificultando a experiência prática (Ferreira, 2020) e as contradições na implementação do ensino médio integrado (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

Amorim *et al.* (2011) e Saviani (1983) mostram que a EPT está historicamente associada a desigualdades estruturais, marcada pela separação entre formação propedêutica e formação técnica.

Martins (2018) defende que a implementação de políticas públicas eficazes na educação profissional e tecnológica requer um esforço conjunto entre os diversos setores da sociedade e apenas por meio de um esforço colaborativo entre governo, empresas e instituições de ensino, será possível criar um sistema que não apenas prepare os alunos para o mundo do trabalho, mas que também contribua para o desenvolvimento sustentável do país. Essa visão integrada é essencial para a construção de um futuro mais promissor no Brasil.

Freitag (1980) enfatiza a importância de um olhar histórico e crítico sobre as políticas educacionais, destacando como essas políticas refletem não apenas as necessidades de qualificação profissional, mas também as condições sociais e políticas de cada época. Alves Mazzotti e Gewandsznajder (1998), ao abordar metodologias de pesquisa educacional, contribuem com ferramentas teóricas que orientam uma análise detalhada das políticas, permitindo avaliar seu impacto prático e social.

De acordo com a Agência Senado (2019), o sistema de educação profissional e tecnológica é fundamental para a formação de profissionais capacitados, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país. A implementação de leis e diretrizes específicas ao longo da história tem buscado estabelecer um quadro normativo que favoreça essa modalidade educacional, destacando a importância da educação técnica no cenário nacional.

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937 (Brasil, 1937), já abordava a necessidade de uma educação voltada para a formação do trabalhador, estabelecendo diretrizes que a orientavam e que, a educação deve ser integral e atender às necessidades do desenvolvimento social e econômico, refletindo uma visão progressista que ainda ecoa nas discussões atuais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada sobre o impacto das políticas públicas na educação profissional e tecnológica no Brasil demonstra que esses programas contribuíram significativamente para ampliar o acesso ao ensino técnico e tecnológico, promover a inclusão social e aumentar a empregabilidade de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade.

A qualificação não deve ser compreendida apenas como um instrumento técnico de preparação para o mercado de trabalho, mas como um mecanismo estratégico de mitigação das disparidades socioeconômicas, ampliando o acesso a oportunidades e fortalecendo processos de inclusão social.

A empregabilidade resulta de uma interação complexa entre competências individuais e condições estruturais, salientando que, num cenário global competitivo, políticas educacionais

robustas e equitativas são essenciais para assegurar que a formação profissional contribua de forma efetiva para o desenvolvimento humano e para a redução das desigualdades.

Conclui-se que, para que a EPT cumpra plenamente seu papel, precisa que seja promovida para uma formação humana integral, politécnica e omnilateral.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistemas>. Brasília: Senado, 2019. Acesso em: 03 nov. 2024.

ALMEIDA, A. C. de *et al.* Políticas educacionais: um estudo bibliométrico sobre o papel das olimpíadas científicas sob uma análise multinível. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro v. 27, e 270021, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/xMBy9RnHnzzycxh4GjXkBcC/?lang=pt>. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782022270021>. Acesso em 02 nov. 2024.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. e GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

AMORIM, M. M. T. A.; DORE, R.; MOREIRA, P. R.; SILVA, W. A. Educação Profissional no Brasil e a Questão do Dualismo Escolar. In: SEMINÁRIO CIENTÍFICO INTERNACIONAL TEORIA POLÍTICA DO SOCIALISMO, 4., 2011, Marília. *Anais [...]*. Marília: UNESP, 15-18/08/2011.

ARROYO, M. G. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BONAMINO, A. *Políticas Educacionais Brasileiras*. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 1999.

BELLONI, M. L. *Educação a distância*. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2015.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. *Parecer CNE/CEB nº 39/2004*. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na educação profissional técnica de nível médio e no ensino médio. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 dez. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12683%3Atecnico-denivel-medio&Itemid=861. Acesso em: 03 nov.2024.

BRASIL. Lei n.º 11.195, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do Art. 3º da Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que cria o Programa de Inclusão de Jovens na Educação de Jovens e Adultos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 nov. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2005/111195.htm. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. *PROEJA* - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio. Documento Base. MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_fundamental_ok.pdf Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. Decreto n. 6.302, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. *Diário Oficial da União*, DF, 12 dez. 2007. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6302-12-dezembro-2007-566384-norma-pe.html>. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008a. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2008/111892.htm. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. *Diário Oficial da União*. Brasília, 17 jul. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111741.htm. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (2012). *Relatório de auditoria na rede de Institutos Federais*. TC 026.062/2011-9. Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/portal/aceso-a-informacao/auditorias/relatorio-de-auditoria_tc-026062_2011_9.pdf. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Educação profissional técnica de nível médio: documento base*. Brasília: MEC/SETEC, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/setec/documento_base.pdf. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 03 nov. 2024.

CARNOY, M. *Estado e teoria econômica*. Campinas: Papyrus, 1990.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. (org.), *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COSTA, M. A.; COUTINHO, E. H. L. Educação profissional e a reforma do Ensino Médio: lei nº 13.415/2017. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1633-1652, 6 ago. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623676506>.

COSTA, R.; COUTINHO, A. M. A educação profissional no Brasil: História, legislação e práticas. In: ALMEIDA, A. (org.). *Educação profissional: desafios e perspectivas*. São Paulo: Editora Cortez, 2018b.

FERREIRA, M.; GONÇALVES, C.; SILVA, C.; OLCINA-SEMPERE, G. Inclusión y diferenciación pedagógica: dos estudios cualitativos en el sistema educativo portugués. *Revista Colombiana de Educación*, n. 78, p. 321-342, 2020. Disponível em: <https://revistas.upn.edu.co/index.php/RCE/article/view/9922>. Acesso em: 2 nov. 2024. DOI: <https://doi.org/10.17227/rce.num78-9922>.

FREITAG, B. Escola, *Estado e Sociedade*. São Paulo: Moraes, 1980.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

GATTI, B. A. Formação de professores: condições e problemas atuais. *Revista Internacional de formação de professores*, v. 1, n. 2, p. 161-171, 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/view/716>. Acesso em: 2 nov. 2024.

GENTILI, P. *Neoliberalismo e educação: manual do usuário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. Barueri: Atlas, 2003.

LIMA, L. C. A avaliação institucional como instrumento de racionalização e o retorno à escola como organização formal. (2015). *Educação e Pesquisa*, v. 41(spe), p. 1339-1352. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/5Q9bdyH8kWrQsYXGy9gqP8R/?lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201508142521>.

MARTINS, M. S. N. Combater a ignorância é defender a liberdade: as relações entre a Associação Comercial do Rio de Janeiro e o Liceu de Artes e Ofícios no Império. *Educar em Revista*, v. 34, n. 67, p. 265–281, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/HwZ3VB9Lq9vRsHCctkV4w4v/?lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2024.

MENDES, A. C. A. et al. 2011. Análise das redes de cooperação científica através do estudo das coautorias dos artigos publicados em eventos da Anpad sobre avaliação de políticas públicas. *Revista de Administração Pública*. v. 45, n. 6, p. 1869-1890, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/sHVbNZHYkwxhZjCJZHZhFxK/?lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000600012>

MEC. *Educação profissional técnica de nível médio: documento base*. Brasília: MEC/SETEC, 2012.

MOLL, J. et al. *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010a.

MOLL, J. PROEJA e democratização da educação básica. In: MOLL, J. *et al.* Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010b. p. 131-140.

MOLINA, M. C. *Educação do Campo: história, práticas e desafios no Brasil*. Brasília: Editora UNB, 2017.

MOURA, D. H. Educação profissional e tecnológica no Brasil: desafios e perspectivas. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 43-62.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politecnicidade e Formação integrada: Confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro. v. 20, n. 63, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XBLGNCtcD9CvkMMxfq8NyQy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: nov. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206313>.

MOURA, M. A. *et al.* A educação profissional e suas contradições. In: ALMEIDA, A. (org.). *Educação profissional: desafios e perspectivas*. São Paulo: Editora Cortez, 2015.
PACHECO, E. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: MEC/SETEC, 2010.

PACHECO, E. Fundamentos Políticos-Pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal, RN: IFRN, 2015. E-book. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1018/Fundamentos%20Poli%CC%81tico-Pedago%CC%81gicos%20dos%20Institutos%20Federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 nov. 2024.

RIBEIRO, L. C. de Q. *et al.* Desafios urbanos à democratização do acesso às oportunidades educacionais nas metrópoles brasileiras. *Educação e Sociedade*, v. 37, n. 134, p. 171-193, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8f95k3KMYntRKtKMF5JCf6F/?lang=pt>. Acesso em: nov. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302016157093>.

SANTOS, S. R.; AZEVEDO, M. A. A contrarreforma do Ensino Médio e os rumos da educação profissional no Brasil. *Revista Labor*, v. 1, p. 78-95, 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/39504>. Acesso em: 02 nov. 2024. DOI: <https://doi.org/10.29148/labor.v1i20.39504>.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1983.

SILVA, M. R. da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, n. e214130, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/V3cqZ8tBtT3Jvts7JdhxxZk/?lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698214130>.

VIEIRA, A. M. D. P.; SOUZA JUNIOR, A. de. A educação profissional no Brasil, v. 12, n. 40, p. 152-169, 2017. *Revista Interações*. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691>. Acesso em 02 nov. 2024. DOI: <https://doi.org/10.25755/int.10691>.

SOBRE OS AUTORES

William Júnio do Carmo é doutor em Produção Vegetal pela Universidade Federal Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM (2024). Doutor em Administração, pela Universidad de La Integracion de Las Americas - UNIDA - ASSUNCION - PY(2016). Mestre em Sistemas de Produção na Agropecuária, pela Universidade José do Rosário Vellano - UNIFENAS (2009). Pós-graduado e especialista em Gestão Estratégica em Marketing pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC (2008). Pós-graduado e especialista em Docência do Ensino Superior e Tutoria de Educação a Distância, pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais - IPEMIG (2020). Pós-graduado e especialista em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM (2020). Pós-graduado e especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2022). Licenciado em Letras Português Inglês, pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais - IPEMIG (2025). Licenciado em Matemática, pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais - IPEMIG (2025). Licenciado em formação pedagógica para educação profissional e Tecnológica vinculado ao curso de Licenciatura em Matemática, pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM (2020). Licenciado em Pedagogia, pelo Instituto COTEMAR (2020). Graduado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC, com registro no CRA/ MG: 40118 (2005). Técnico em Contabilidade pelo Colégio Belmiro Alves Pereira - CBAP (1996).
Email: williamjunio@iftm.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4841-4400>

Geraldo Gonçalves de Lima possui Pós-Doutorado (2017), Doutorado (2013) e Mestrado em Educação (2006) pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação. É também especialista em Metodologia do Ensino e Tecnologia para Educação a Distância pela Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP (2008) e em História Contemporânea pelo Centro Universitário do Cerrado Patrocínio – UNICERP (2003). Licenciado (1999) e Bacharel (1998) em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas. Atualmente é Professor Titular da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PEBTT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM.
Email: geraldolima@iftm.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9371-7785>

*Recebido em 03 de nov de 2024.
Aprovado em 13 de nov de 2025.
Publicado em 05 de dez. de 2025.*